



**CIDADE DE
SÃO PAULO**
COMISSÃO DE SEGURANÇA HÍDRICA

ATA DE REUNIÃO

São Paulo, 12 de agosto de 2020.

Comissão de Segurança Hídrica

- Teve lugar no dia 12 de agosto de 2020, das 16h às 17h, por ferramenta virtual, a **26ª reunião ordinária da Comissão de Segurança Hídrica**.
- Participaram da Reunião: Marco Palermo e Breno Zylbersztejn, da SPurbanismo; Ivan Shirahama, Jenny Zoila, Maria José Gullo e Marcos Romano da Sehab; Anna Carolina, da SGM; Irineu Gnecco Filho, da SMG; Maurício Tonin, da PGM; Thor Saad Ribeiro da SMDU; Carlos de Nicola, do IAS; Mauricio Ramos, Marussia Whately e Mauro Scarpinatti, da Aliança pela Água; Raphael Guerrero e Renato Zuccolo, do Instituto de Engenharia; Meunim Jr., da Sabesp; Maria Inês Sato e Eduardo Serpa, da Cetesb; Cesar Pergoraro, SOS Mata Atlântica; Ana Marina, do Ambiente do Meio; Giuliano Ajeje, da UBS; Vanessa Dias, Lilian Sarrouf, Helio Suleiman e Cristiane Cortez, representantes do CBH-AT; Eunice Emiko e Yamma Alves da SMS; José Soares, Marcelo Bispo e Rogério Reis, da Arsesp; Antonio Carlos dos Santos, Consultor; Pedro Luiz Algodual, de SIURB; Luiz Ricardo Viegas, da SVMA; Sandra Kishi, da PGRR.
- Marco Palermo iniciou a reunião cumprimento os participantes. Informou que a ata da reunião anterior está disponível. Cristiane Cortez, do Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê, pediu que fosse corrigida sua afiliação na ata anterior. O pedido foi acatado.
- Em seguida, Breno Zylberstejn apresentou as atualizações no portal hub informativo. Informou que estão sendo incluídos dados da sociedade civil, como os do Instituto Pólis, e em seguida, da SOS Mata Atlântica. Informou também que ainda é preciso avançar na inclusão de dados do Sistema de Informações Compartilhadas, em especial, do Programa Córrego Limpo.
- Meunim, da Sabesp, apresentou os dados relativos às ações emergenciais da pandemia. O número de pias públicas foi ampliado para 147. Meunim também apresentou o documento que acompanha a entrega das caixas d'água. A entrega é feita em geral em um ponto de encontro, e não no domicílio. O documento explica taxativamente que a responsabilidade pela instalação e adaptação é do morador.
- Palermo sugeriu que o layer do Córrego Limpo seja voltado para o público em geral, com um número de informações que seja manejável por não-técnicos. Assim, o layer incluiria os córregos incluídos no programa, e seu status.



CIDADE DE SÃO PAULO

COMISSÃO DE SEGURANÇA HÍDRICA

- Maurício Ramos elogiou a nova inclusão de dados. Palermo ressaltou que a inclusão de dados de fora do poder público é meritória desde que feita com cuidado. Aquisição de informações é sempre complexa, e é comum que haja um certo grau de incerteza em toda base de dados.
- Ana Marina sugeriu que as equipes envolvidas no Programa Córrego Limpo passem a disponibilizar as atas de reunião para acompanhamento pela reunião.
- César Pegoraro também pediu que possa ser feito um monitoramento mais intenso e constante, para que não haja mais casos de córregos despoluídos que voltam a perder qualidade com o tempo.
- Palermo esclareceu que a Comissão do Córrego Limpo é uma das comissões temáticas ligadas ao Comitê Gestor dos Serviços de Água e Esgoto da Capital. Eles se reúnem mensalmente, e trabalham córregos selecionados, que tem características próprias, como rede coletora completa e indicação pela Prefeitura a partir de critérios técnicos que avaliam a possibilidade efetiva da limpeza do córrego. Os primeiros 100 córregos trabalhados ficaram prontos em um único ano, pois eram os mais fáceis. Na medida em que córregos maiores e com maior área drenada entram no programa, as ações passam ser mais difíceis. Caso haja interesse na participação da comissão, qualquer município pode participar, uma vez que são reuniões abertas e públicas. Elas são feitas por Unidades de Negócio da Sabesp, um total de 5 na cidade. Ali são discutidas as medidas necessárias para cada um dos córregos atendidos. Meunim complementou que, nesta nova rodada de reuniões de monitoramento, está sendo elaborada uma nova proposta de inclusão de córregos.
- Marussia fez uma proposta de que seja feito um balanço dos trabalhos da reunião, dado que há resultados e produtos importantes da atuação da Comissão, em particular no que se refere às ações emergenciais da pandemia. Sugeriu também que, sobre o tema do Córrego Limpo, sejam também considerados os parques lineares como formas de proteção de córregos.
- Jenny Zola retomou o tema das pias, ressaltando a importância de agregar um representante da Secretaria de Subprefeituras no debate.
- Thor informou que participará na semana seguinte de reunião do Comitê Populário da prefeitura, para tratar do tema das pias e banheiros voltados para essa população no âmbito da pandemia. Ele pediu que se comece a planejar para a manutenção das pias, o que vai exigir um arranjo para a manutenção e zeladoria.
- Maurício Tonin apresentou o esboço de Nota Técnica que vem sendo elaborada relativa à aplicação do Novo Marco Regulatório do Saneamento. Informou que a respeito dos processos de inconstitucionalidade que estão sendo movidos, ele opina que não devem ter procedência, uma vez que repetem questões que já foram julgadas anteriormente pelo STF. Raphael Guerreiro reforçou que o



**CIDADE DE
SÃO PAULO**

COMISSÃO DE SEGURANÇA HÍDRICA

objetivo da nota é subsidiar a Prefeitura para se adaptar às mudanças de forma tempestiva.

- Marussia pontuou que seria interessante incorporar considerações expostas pelo Instituto Água e Saneamento, como a articulação entre serviços de água e esgoto, e os outros; e considerações sobre territorialização e regiões metropolitanas. Pediu ainda que sejam acompanhados os vetos tanto do art. 14 como do art. 16, que estão sob consideração pelo Congresso Nacional.
- Antonio Carlos dos Santos pontuou que considera importante que haja articulação em nível metropolitano, de prazo longo, para criação de um planejamento conjunto.
- Giuliano Ajeje esclareceu pontos sobre os vetos. Sobre os incisos do artigo 16, afirma que há argumentação de que o acordo pelo veto não foi cumprido pela oposição. Haveria ainda inconstitucionalidade no artigo 16, na opinião do secretário Diogo Macor, uma vez que os serviços baseados em contrato de programa seriam inconstitucionais. Com essas razões, o governo está trabalhando pela manutenção do veto desse artigo. Giuliano considera que a nova lei impacta na cidade, pois os prazos de universalização da lei vão até 2033. Giuliano considera a hipótese de que a cidade de São Paulo poderá ser incluída em bloco metropolitano. Por fim, ele levantou a questão de que se pode pensar outros modelos de tarifa, como o modelo das rodovias, com a definição de uma tarifa inicial, a ser corrigida pela inflação até o momento da universalização.
- Sandra Kishi questionou quem será incumbido de acompanhar a execução e compliance da gestão do saneamento.
- Encerrando, Marco Palermo marcou a reunião seguinte para 19/08/2020, das 15h-17h, e se comprometeu a lavrar a presente ata.